

GESTÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO ACERCA DAS PRÁTICAS AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEIS ADOTADAS PELAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE TANGARÁ DA SERRA/MT

ANAÍARA COSTA BRITO DE PAULA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO - UNEMAT

LIERGE LUPPI
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO - UNEMAT

PAULA MAINES DA SILVA
UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL - ULBRA

GESTÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO ACERCA DAS PRÁTICAS AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEIS ADOTADAS PELAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE TANGARÁ DA SERRA/MT

1. INTRODUÇÃO

A Gestão Ambiental tornou-se um assunto cada vez mais discutido entre profissionais e consumidores pelo mundo inteiro, pois ela evidencia as Práticas Ambientalmente Sustentáveis (PAS) que as empresas desenvolvem acerca da sustentabilidade. Tais práticas não só agregam valor à marca e a imagem das empresas, como também contribuem para o uso racional dos recursos naturais disponíveis no meio ambiente. A Gestão Ambiental é o nome dado à todas as ações administrativas e operacionais que tem como objetivo eliminar ou reduzir ao máximo os males que afligem a natureza (BARBIERI, 2011). Além disso, é responsável pelas escolhas sobre as melhores técnicas a serem utilizadas, como o cumprimento da legislação e a destinação correta dos recursos humanos, naturais e financeiros.

No Brasil, o Sistema de Gestão Ambiental (SGA) vêm se propagando em meio as grandes organizações, como forma destas mostrarem sua preocupação com a questão ambiental e atenderem às exigências de mercados, do governo e consumidores conscientes. No entanto, sabe-se que a implementação de um SGA demanda das organizações recursos importantes, como dinheiro, tempo, e envolvimento dos recursos humanos, recursos esses que empresas de grande porte tem a sua disposição, revelando assim o motivo da presença marcante das grandes empresas no processo de implementação do SGA no Brasil e no mundo (VALLE, 2004; SANTOS et al., 2012). As margens desse processo ficam as empresas de pequeno porte que não possuem recursos financeiros, tampouco humanos, para atenderem às exigências mínimas necessárias no processo de implementação de um SGA, revelando assim, fatores que as limitam.

Neste contexto de desigualdade entre empreendimentos pequenos e grandes surgiu a ABNT NBR ISO 14005:2012, uma norma que proporciona orientações acerca da implementação de um SGA fundamentado na ABNT NBR ISO 14.001 por meio de fases, voltadas as Pequenas e Médias Empresas (PMEs), proporcionando assim, uma alternativa viável para os pequenos negócios que almejam implementar um SGA (MORAES et al., 2017).

As Micro e Pequenas Empresas (MPEs), são um grupo de empresas que denota participação expressiva no desenvolvimento do país, mostrando-se relevantes tanto no meio econômico, quanto no social. No meio econômico este segmento representa cerca de 90% das empresas instaladas no Brasil, e no meio social é responsável por gerar cerca 60% do saldo de empregos formais (SANTOS et al., 2012; SEBRAE, 2016a). No estado de Mato Grosso as MPEs representam 99% das empresas instaladas e o outro 1% é representado pela soma de empresas de médio e grande porte, operando nos setores de serviços 48%, comércio 38%, indústria 10%, construção civil 3% e agropecuária 1% (SEBRAE, 2017). Já no município de Tangará da Serra/MT as MPEs representam 96% das empresas existentes, seguidas pelas empresas de médio porte 2% e grande porte 2%. O município também se caracteriza como um polo regional, que segundo Sposito (2007), são cidades importantes, por realizar conexões entre cidades vizinhas maiores e menores.

Perante este cenário, é interessante que estas empresas tão representativas na economia e no desenvolvimento do país desenvolvam PAS, a fim de prolongar o uso dos recursos naturais, por meio do gerenciamento eficaz de seu ambiente. E foi neste contexto que surgiu o

objetivo desta pesquisa, que é identificar se as 14 MPEs de Tangará da Serra/MT, selecionadas como amostra, desenvolvem PAS, buscando compreender os fatores motivadores e limitadores para efetivação de tal ação. Além disso, objetivou-se verificar se as MPEs adotam PAS; identificar os fatores motivadores que levam as empresas a adotar PAS, caso adotem; identificar os fatores limitadores para efetivação de PAS; caracterizar do ponto de vista teórico como seria uma Gestão Ambiental de acordo com a ABNT NBR ISO 14.005.

A pesquisa se mostra importante por ser realizada com MPEs, pois no geral, percebe-se que a maioria das pesquisas relacionadas do tema tende a se concentrar em empresas de médio a grande porte.

Para atingir os objetivos propostos o artigo está estruturado iniciando pela revisão da literatura acerca da gestão ambiental: entendendo sua origem e conceito, certificações e Micro e Pequenas Empresas; a seguir são apresentados os procedimentos metodológicos; em seguida a análise e discussões dos resultados e por fim, as principais conclusões sobre a pesquisa.

2. EMBASAMENTO TEÓRICO

O fim da década de 1950 é considerado um marco quando se fala em Gestão Ambiental, pois foi a partir desta década que movimentos ambientalistas passaram a dar maior ênfase a este assunto (ONUBR, 2018). Na década de 60, o Brasil começou a dar seus primeiros passos rumo a concretização de políticas públicas ambientais, surgindo o Estatuto da Terra (1964), o novo Código de Defesa Florestal (1965), a lei de Proteção à Fauna (1967) (NASCIMENTO, 2012). Na década de 70 houve a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento ou simplesmente “Conferência de Estocolmo” realizada pela ONU em 1972 na Suécia que buscava por meio de um manifesto ambiental estabelecer bases para uma boa relação entre o desenvolvimento econômico e o meio ambiente (ONUBR, 2018). Nesta mesma década no Brasil era criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA, 1973) que fornecia normas e padrões a respeito da preservação do meio ambiente.

Na década de 80 é criada a Lei n. 6.938 de 31 de agosto de 1981, que estabelecia a Política Nacional do Meio Ambiente atribuindo aos Estados e Municípios funções para a proteção ambiental. No ano de 1987 é publicado o “Relatório Brundtland” com o título “Nosso Futuro Comum”, que segundo Nascimento (2012), trouxe à tona o conceito de Desenvolvimento Sustentável, que buscava equilibrar o crescimento econômico e a preservação ambiental. E no ano subsequente é promulgada a Constituição Federal de 1988, que trazia em seu corpo o capítulo VI, que trata exclusivamente do meio ambiente. A década de 90 o Brasil tornou-se palco de uma conferência promovida pela ONU, conhecida como Cúpula da Terra ou Rio-92, realizada em 1992 na cidade do Rio de Janeiro, 20 anos após a realização da primeira conferência. Ainda na década de 90 surgia a Série de Normas ISO 14000 que fornecia diretrizes para se ter um Sistema de Gestão Ambiental Responsável, e em 1997 houve a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, em que foi anunciado o tratado internacional conhecido por “Protocolo de Kyoto” que estabeleceu metas para redução de emissão de gases do efeito estufa à 37 países industrializados (RUPPENTHAL, 2014). Com o passar desta década foi possível perceber que o foco passou a ser a redução dos impactos ambientais, por meio da otimização do processo produtivo como um todo.

Já na década de 2000, após 10 anos da realização da Rio-92, ocorreu a Conferência Rio+10 na África do Sul em 2002, que teve por finalidade averiguar os objetivos alcançados durante esses 10 anos corridos. E por último, em 2012 teve a Rio+20 sediada novamente pelo Rio de Janeiro que discutiu as seguintes temáticas: A economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável, a erradicação da pobreza e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável (NASCIMENTO, 2012; ONUBR, 2018). Este mesmo encontro

foi utilizado para o lançamento do documento ABNT NBR ISO 14005 que fornece diretrizes as MPEs sobre o processo de implementação dos quesitos da ABNT NBR ISO 14001 (SEBRAE, 2012).

Foi nesse contexto de discussões calorosas que se desenvolveu a gestão ambiental, compreendida como o conjunto de procedimentos e atividades administrativas realizadas por uma organização com o objetivo de reduzir, eliminar ou compensar os problemas ambientais oriundos do desenvolvimento de suas atividades (VALLE, 2002; BARBIERI, 2011). E não importa se são grandes, médias, pequenas ou microempresas, o fato é que grande parte das atividades desenvolvidas por elas geram, de certo modo, alguns efeitos adversos ao meio ambiente. A dinâmica das mudanças no meio ambiental levou as empresas a adotarem novos padrões de comportamento frente ao meio ambiente, inserindo em suas ações diárias Práticas Ambientalmente Sustentáveis (PAS) que visam trazer soluções ao invés de problemas.

As PAS são compreendidas por Otero (2010) como ações ambientais isoladas que podem ser incorporadas no dia a dia empresarial construindo para um novo modelo de cultura organizacional visando a implantação de critérios sustentáveis nas atividades empresariais, tais como:

- **Resíduo:** redução dos desperdícios e uso racional dos recursos (como por exemplo: realizar arquivamento *online* ao invés de físico; utilizar frente e verso das folhas durante impressão). E caso gere resíduos, dar o devido destino a eles (como por exemplo: fazer coleta seletiva, reciclagem, eliminar uso de materiais descartáveis como copos, entre outros);
- **Água:** redução de desperdícios por meio do uso consciente, instalação de equipamentos com maiores índices de eficiência (como por exemplo torneiras, válvulas de descarga, entre outros); fazer reuso de águas (como por exemplo da refrigeração); captar águas provenientes da chuva; dar o devido tratamento a água antes de retorná-la a coleta tratamento do município.
- **Energia:** utilizar fontes alternativas de energia elétrica visando economizar os recursos (como por exemplo utilizar placas solares, energia eólica, lâmpadas de led, telhas de vidro ou translúcidas, entre outras);
- **Construção:** adaptar e construir de maneira ecológica as edificações, aproveitando o máximo possível da iluminação e ventilação natural; inserir nessas construções mecanismos sustentáveis (como por exemplo: sistema de reuso de água, captadores de águas provenientes da chuva, entre outros);
- **Biodiversidade:** respeitar a fauna e flora nativa do espaço, promovendo sua preservação;
- **Materiais:** eliminar desperdício, optar por materiais duráveis, realizar compras sustentáveis optando por fornecedores que se comprometem com o meio ambiente, utilizar matérias primas renováveis e/ou provenientes de reciclagem, entre outros;

Deste modo, adotar as PAS é uma atuação responsável da empresa buscando proteger o meio ambiente, mesmo quando não se possui um SGA implementado atrelado às certificações.

As certificações têm por objetivo trazer maior conformidade às organizações, por meio de técnicas e procedimentos padrões que modelam sua gestão, promovendo melhoras em seu desempenho e agregando valor nos processos e/ou produtos (ABNT, 2004). As certificações ambientais são instrumento que visam inserir questões ambientais no planejamento estratégico das empresas, a fim de diminuir os impactos resultantes de sua atuação, e ao mesmo tempo torná-las mais competitivas no mercado, podendo até conquistar novos nichos por meio do *marketing* verde (PUGLIESI et al., 2016). Partindo do mesmo pressuposto, Valle (2004) diz que a certificação ambiental tem por finalidade demonstrar aos *Stakeholders* a diferença ambiental que um produto/serviço e/ou sistema específico tem em relação aos seus concorrentes, e assim, a tornando uma importante variável para compor as

estratégias das empresas que desejam se diferenciar no mercado, e tornar-se mais competitiva promovendo maior estabilidade a seu negócio.

Devido a este contexto supracitado que a Organização Internacional para a Normalização (ISO) desenvolveu um conjunto de normas agrupadas em uma única família, designada Série de Normas ISO 14000, com objetivo de proteger o meio ambiente e fornecer diretrizes acerca da gestão ambiental, podendo ser aplicada em diversas atividades como industriais, extrativas, agroindustriais, comerciais, serviços e organismos de governo, porém, vale ressaltar que a adesão a Série de Normas ISO 14000 é de cunho voluntário (VALLE, 2004; ABNT, 2004; ABNT, 2015).

A ISO 14001 é a norma que fornece diretrizes para a implementação de um SGA nas organizações, que pode ser desenvolvida em todos os tipos e tamanhos de empreendimentos (VALLE, 2004; SILVA, 2014; PUGLIESI et al., 2016). Por ter fins certificáveis a ISO contém quesitos que podem ser auditados, afim de avaliar a conformidade dos padrões pré-estabelecidos em seu planejamento e tem por objetivo auxiliar as empresas a identificar, coordenar, acompanhar e controlar as questões ambientais de maneira sistêmica, considerando todas as questões necessárias à sua operação, estabelecendo assim, uma gestão proativa (ABNT, 2015; PUGLIESI et al., 2016). A adesão à ISO também pode trazer alguns benefícios como por exemplo melhorar a imagem da empresa, obter vantagem competitiva em relação aos concorrentes, apresentar maior desempenho financeiro, contar com o envolvimento e comprometimento dos líderes e funcionários, estar em conformidade com requisitos legais e apresentar melhoras no desempenho ambiental (ABNT, 2015).

Contudo, Barbieri (2011) menciona que a implementação de um SGA baseado na norma apresenta um alto custo de aquisição, tornando impossível a adoção por parte de pequenos empreendimentos, também ressalta a grande formalidade e complexidade por trás de sua implementação, levando a pensar que só é possível e viável em empresas de grande porte, corroborando com esta opinião de Seiffert (2009) que também acredita que a falta de recursos financeiros é uma das principais limitações que implica na implementação de SGA em MPEs. Otero (2010) apresenta a consciência ambiental como uma variável importante, dizendo que a maioria das pessoas não sabem viver de forma ambientalmente responsável e isso reflete diretamente na gestão empresarial, visto que são as pessoas que lideram as empresas. Os resultados a longo prazo também podem ser considerados como uma limitação, pois, no geral as empresas querem resultados imediatos, e isso contribui para a não execução de um SGA. No entanto, vale destacar que o custo de implantação de SGA não é divulgado pelas empresas que o tem, apenas, sabe-se que este custo varia de acordo com a complexidade, tamanho e natureza do empreendimento (SILVA, 2014).

E foi neste cenário supracitado que o SEBRAE em parceria com a ABNT instituiu a ABNT NBR ISO 14005:2012, uma norma que proporciona orientações acerca da implementação de um SGA por meio de fases, que engloba até um modelo de avaliação ambiental. Essa metodologia tem por objetivo facilitar a implementação de um SGA fundamentado na ISO 14.001 para PMEs consistindo assim, uma alternativa viável para os pequenos negócios que almejam desenvolver as PAS (MORAES et al., 2017). Seu lançamento ocorreu durante a conferência da ONU Rio + 20, e está em vigor desde 16 de junho de 2012 (SEBRAE, 2012).

A norma ISO 14005:2012 foi dividida em três seções (4, 5 e 6). A seção 4 é responsável por promover um panorama geral às PMEs sobre como um projeto em concordância com o meio ambiente pode ser aplicado a elas, antes mesmos de implantar um SGA. Esta seção tem como objetivo promover o comprometimento interno para a futura implementação do SGA. A seção 5 oferece orientações de apoio, que a organização deve levar em consideração no momento da implementação de um SGA em fases, ela também orienta a sequência das etapas das atividades a serem desenvolvidas. Já a seção 6 orienta a

organização sobre como a mesma pode reconhecer e monitorar os aspectos ambientais que a organização visa tratar, ela também, assim como a seção 5 orienta a sequência das atividades a serem desenvolvidas para implementação dos aspectos (ABNT, 2012; SILVA, 2014; MORAES et al., 2017).

O segmento das MPEs denota participação expressiva no desenvolvimento do país, dada sua relevância econômica e social (SANTOS et al., 2012). Do ponto de vista econômico, este segmento representa cerca de 90% das empresas instaladas no Brasil, e atuam em todos os setores de atividades, seja na indústria, comércio ou serviço, considerados agentes econômicos flexíveis, que geram dinamismo ao mercado. Do ponto de vista social é responsável por gerar cerca 60% do saldo de empregos formais, sendo consideradas uma porta de entrada de jovens no mercado de trabalho, alternativa de renda para pessoas acima dos 40 e em alguns casos, significam até o sustento de famílias brasileiras (SANTOS et al., 2012; SEBRAE, 2016a).

De acordo com a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, também conhecida como Lei Geral da Micro e Pequena Empresa ou disposta no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, considera-se MPEs, o Microempreendedor Individual (MEI), a Microempresa (ME) e as Empresa de Pequeno Porte (EPP). Essas desfrutam da lei específica supracitada, que regulamenta e doutrina sua atuação no mercado, fornecendo diretrizes quanto ao tratamento diferenciado dado as MPEs, disposto também nos artigos 146, 170 e 179 da Constituição Federal conforme informações disponibilizadas pelo (BRASIL, 2006; SEBRAE, 2016b).

As MPEs seguem alguns critérios que são utilizados como parâmetros para classificação de acordo com suas dimensões baseados na Lei nº 123/06, conforme demonstrada no quadro 1.

Quadro 1 - Critérios de classificação da MPEs

Critérios	MEI		ME		EPP	
	Indústria	Comércio/ Serviço	Indústria	Comércio/ Serviço	Indústria	Comércio/ Serviço
Receita Bruta Anual	Até R\$ 81.000,00		Igual ou inferior a R\$ 360.000,00		Superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00	
Quant. Funcionários	Até 1		Até 19	Até 9	De 20 a 99	De 10 a 49
Regime de Arrecadação de Tributos e Contribuições	Simples Nacional					

Fonte: adaptado da Lei nº 123/06 (BRASIL, 2006).

O SEBRAE é uma entidade sem fins lucrativos que atua como agente de capacitação visando promover o desenvolvimento dos pequenos negócios de todo o país. Desde 1972, trabalha na perspectiva de amparar e estimular o empreendedorismo, possibilitando a competitividade e a sustentabilidade dos empreendimentos de pequeno porte (SEBRAE, 2018). Seu atendimento pode ser feito individualmente ou coletivamente, fornecendo consultoria a todos setores: indústria, comércio/serviço, e agronegócio, desde que pertençam ao grupo de MPEs. O processo de consultoria disponibilizado pela entidade aborda: educação empreendedora; capacitação dos empreendedores e empresários; articulação de políticas públicas que criem um ambiente legal mais favorável; acesso a novos mercados; acesso à tecnologia e inovação; e orientação para o acesso aos serviços financeiros (SEBRAE, 2018).

Portanto, o SEBRAE tem como principal finalidade formalizar e direcionar os pequenos negócios, a fim de mantê-los ativos e mais competitivos no mercado.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Tendo em vista a finalidade de atingir os objetivos propostos neste trabalho, quanto a abordagem da pesquisa, foi utilizado o modelo quantitativo que trabalha na perspectiva de que

tudo pode ser quantificável, e traduzido em informações, números e opiniões, que posteriormente são classificados e analisados (PRODANOV, 2013). Deste modo, os dados foram quantificados na coleta via questionário, na análise com o auxílio do *software Microsoft Excel*, e em sua apresentação por meio de percentagens.

Apresenta também, uma estratégia do tipo descritiva, pois apresenta como principal finalidade a descrição minuciosa do objeto investigado (GIL, 2008), ou seja, seu estudo é mais detalhado trabalhando na perspectiva do levantamento, tratamento e interpretação dos dados. Nesta modalidade de pesquisa o investigador apenas observa e transcreve o fenômeno, sem interferir, para não comprometer ou influenciar nos resultados. Assim, os dados gerados com a aplicação dos questionários foram descritos a partir das tabulações dos questionários respondidos pelos representantes de cada empresa.

A coleta de dados foi realizada mediante aplicação de questionários entre os dias 09/07/18 e 13/07/18, no período vespertino juntamente com os 14 gestores das empresas participantes da pesquisa, que atuam em segmentos distintos no mercado de Tangará da Serra/MT. O questionário é um meio de coletar dados em que o próprio informante preenche, podendo tornar dispensável a presença do pesquisador. Ele pode ser formulado com perguntas abertas e/ou fechadas, onde as abertas proporcionam respostas abastadas e distintas, e as fechadas proporciona maior facilidade no momento de tabular e analisar os dados (OLIVEIRA, 2011). O questionário utilizado foi o mesmo usado por Otero (2010) que buscava identificar as práticas de sustentabilidade desenvolvidas em cidades universitárias de Instituição de Ensino Superior (IES). O instrumento em questão foi adaptado a realidade do estudo aqui proposto, sendo excluídas duas questões, a Q2 e Q3 de um total de 6 questões. Após a exclusão destas duas questões mencionadas, foram incluídas 7 questões desenvolvidas pela pesquisadora (Q1 à Q6 e Q11) e adaptadas 4 questões do questionário de Otero (2010) (Q7 à Q10), finalizando assim o questionário desta pesquisa com 11 questões fechadas.

As questões Q1 à Q6 teve por finalidade identificar o nível de conhecimento do respondente acerca da gestão ambiental e pôr o respondente a par do assunto abordado na pesquisa, “servindo menos para obter informação do respondente e mais para estabelecer um relacionamento de confiança entre respondente e pesquisador” (BANDEIRA, 2003, p. 6). A questão Q1 refere-se a uma pergunta filtro, pois, se o respondente assinalar a alternativa “não” ele é facultado de responder à questão seguinte Q2. Nas questões Q4, Q5 e Q11 foi utilizada uma escala *likert* unipolar de cinco pontos que vai de 1 a 5 que determina o nível de concordância do respondente, entre discordo totalmente ou concordo totalmente. A questão Q7 assim como a Q1 refere-se a uma pergunta filtro, pois, se o respondente assinalar a alternativa “nenhuma das anteriores” ele poderá ir direto para a questão Q10, sendo facultada a obrigatoriedade de o mesmo responder as questões Q8 e Q9, ela também tem por finalidade identificar a situação atual da organização quanto a gestão ambiental. A questão Q8 é composta por 6 questões, e teve por objetivo identificar as PAS desenvolvidas pelas empresas, também denominadas por Otero (2010) como ações ambientais isoladas, indo ao encontro do objetivo do trabalho, nela o respondente deve responder sim ou não as PAS desenvolvidas pela organização.

A questão Q9 é composta por 7 questões e pede ao respondente que assinale sim ou não para os motivadores que o levou a adotar um SGA, ou, as ações ambientais isoladas também conhecidas por PAS, objetivando assim, responder a um dos objetivos específicos do construto. A questão Q10 é composta por 5 questões, e assim como a Q9 também buscou responder a um dos objetivos específicos do trabalho, pedindo ao respondente que assinale as dificuldades/limitações encontradas em relação a elaboração e implementação de um SGA, nela também o respondente deve assinalar sim ou não para as possíveis dificuldades/limitações. E por fim, a questão Q11 teve por objetivo identificar por meio de uma escala *likert* qual a importância que o gestor atribui ao SGA na sua empresa.

Com o instrumento de coleta de dados definido a atenção voltou-se para amostra participante da pesquisa. Assim, o universo da pesquisa foram as (MPEs) de Tangará da Serra/MT, que no total somam-se 4.111 empresas instaladas no município, conforme informações colhidas juntamente com a Prefeitura Municipal de Tangará da Serra/MT, no setor de Alvará. As MPEs são formadas por 1.633 Microempreendedores Individuais (MEI), 2.310 Microempresas (ME) e 168 Empresas de Pequeno Porte (EPP).

A partir da escolha da população foi possível escolher uma amostra que de algum modo representasse o universo de origem. A princípio foram selecionadas 20 possíveis empresas para participarem da pesquisa, dos seguintes segmentos: indústria, comércio varejista, comércio atacadista e prestadora de serviço, todas pertencentes ao grupo de MPEs. Das 20 empresas selecionadas, apenas 14 aceitaram participar da pesquisa, as demais relataram não ter tempo para participar.

Deste modo, a amostra caracteriza-se como não probabilística que segundo Malhotra (2001) é uma técnica que não realiza seleção aleatória, e por tipicidade, que segundo Oliveira (2011) os componentes da amostra apresentam entre si características em comum, como o fato de todas as empresas pertencerem a categoria de MPEs. No entanto, sabe-se que este tipo de amostragem não é considerado preciso, pois os dados gerados em seu desenvolvimento muitas das vezes não podem ser generalizados para sua população, mas, ainda assim é apontado como um procedimento válido, sendo comumente empregado para testar ou gerar ideias sobre determinado assunto (MALHOTRA, 2001; COOPER; SCHINDLER, 2003). As empresas participantes da pesquisa e que compõe a amostra são: 9 ME, 3 MEI e 2 EPP, como pode-se observar no quadro 2, bem como algumas características das empresas.

Quadro 2 – Amostra participante da pesquisa

Empresa	Classificação	Segmento de atividade	Nº de funcionários	Tempo de mercado	Mix de produtos ofertados
A	ME	Indústria e comércio de móveis planejados	5	7 anos e meio	Móveis planejados para todos ambientes
B	EPP	Prestadora de serviço educacional	41	8 anos	Graduação, pós-graduação e cursos
C	ME	Comércio varejista/atacado	4	1 ano e meio	Sacos de carvão de 5 e 10 kg
D	ME	Prestadora de serviço cinematográfico	4	18 anos	Ingressos, bebidas, pipoca e doces
E	MEI	Prestadora de serviço – papelaria e gráfica personalizada	2	2 anos	Convites, lembranças, presentes e impressão em geral
F	MEI	Prestadora de serviço - estética avançada	1	2 anos	Massagens masculina e feminina em geral
G	ME	Prestadora de serviço	2	7 anos	Cortes e químicas para cabelo, designer de sobancelha
H	ME	Comércio varejista/atacado	2	3 meses	Ração para animais em geral, sal mineral, quirera de arroz e milho, milho, farelo de milho, erva de tereré
I	EPP	Comércio varejista	4	15 anos	Vendas de bebidas em geral, aluguel de mesas, caixas térmicas e tendas
J	ME	Indústria de <i>lingerie</i>	6	4 anos	Produção de <i>lingerie</i> feminina e masculina

K	ME	Comércio atacadista	5	3 anos	Corretora de grãos (Milho e soja)
L	ME	Prestadora de serviços e comércio varejista de produtos estéticos	2	7 anos	Depilação a laser, limpeza de pele, e massagens. Venda de produtos para pele, cabelos e unhas
M	MEI	Prestadora de serviços	1	4 anos	Limpeza e instalação de ar condicionado, instalação de tubulação para ar condicionado
N	ME	Prestadora de serviços	4	4 anos	Lavagem em geral, enceramento, revitalização de plástico, americano à seco, e hidratação de couro.
Total: 14 empresas					

Fonte: elaborado pelas autoras (2018).

Assim, os questionários foram aplicados com uma amostra composta por 14 empresas, de maneira presencial. Posteriormente a coleta de dados, deu-se início ao processo de tabulação dos dados, que segundo Oliveira (2011) refere-se à contagem das respostas e a codificação dos dados recolhidos em uma pesquisa, cujo objetivo é organizar os dados a fim de facilitar sua análise. A análise dos dados por sua vez, é responsável por apresentar os resultados e conclusões da sua pesquisa, conclusão esta que poderá ser final ou parcial, podendo deixar margem para pesquisas futuras (LAKATOS; MARCONI, 2001). Desta forma, a análise dos dados foi do tipo descritiva, feita com o auxílio do *software Microsoft Excel*, e posteriormente, os resultados foram apresentados discutidos a partir de comparações com estudos parecidos com o aqui desenvolvido.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As questões iniciais de um questionário têm por objetivo pôr o respondente a par do assunto tratado na pesquisa, “servindo menos para obter informação do respondente e mais para estabelecer um relacionamento de confiança entre respondente e pesquisador” (BANDEIRA, 2003, p. 6). Assim, as 6 primeiras questões tiveram por objetivo introduzir o assunto pesquisado e ao mesmo tempo verificar o nível de conhecimento dos respondentes acerca da gestão ambiental. Identificou-se que 65% das empresas pesquisadas responderam não saber o que é um SGA, evidenciando que existe falta de informação nestes pequenos empreendimentos. Uma suposta limitação neste sentido, foi citada por Otero (2010) como sendo a falta de suporte existente para esses pequenos negócios. Já para o Sebrae (2014) esta falta de informação se dá pelo fato desses empreendimentos terem nascidos apenas para suprir uma necessidade financeira dos proprietários e estarem ligados apenas ao retorno que podem ter, deixando de lado qualquer preocupação com o meio ambiente, que é fonte de todos os recursos necessários para a execução de suas atividades.

Um menor percentual, 14% responderam que sabem um pouco o que é um SGA e 21% sabem o que é um SGA, ou seja, menos de ¼ das empresas conhecem ou estão a par dos assuntos abordados e compreendidos em um SGA. Este número é preocupante visto que estas empresas estão instaladas em uma cidade considerada polo regional, que desenvolve influências em cidades menores e poderiam servir como base, exemplo para empresas de outras cidades.

Foi questionado se os respondentes sabem o que é um SGA. Para os que responderam sim a esta questão, questionou-se a fonte deste conhecimento, em que se obteve as seguintes respostas. Das 14 empresas, constatou-se que 7% responderam que conhecem o SGA de cursos, 14% da universidade, 7% de experiência/prática, 7% responderam outras fontes,

citando como exemplo televisão e internet. No entanto a maioria, 65% não responderam a esta questão, uma vez que eram facultados de respondê-la quando não soubesse definir o que é um SGA.

Identificou-se que 36% dos gestores assumiram que sua empresa causa algum tipo de impacto ambiental e outros 64% responderam que não causam nenhum tipo de impacto ao meio ambiente. Apesar de a maioria das empresas afirmarem que não causam impacto ambiental em suas atividades, é importante ressaltar o que a resolução Conama N°001 (1986, p. 1) afirma:

[...] o impacto ambiental é definido como qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; e a qualidade dos recursos ambientais.

Frente ao exposto nesta resolução, indaga-se: será que estas empresas não causam nenhum tipo de impacto ambiental? Talvez não um impacto em si, mas, com certeza contribui para um, pois de acordo com Valle (2004) qualquer atividade que o homem exerça no meio ambiente provocará ou contribuirá para um impacto ambiental. Pode-se pegar um exemplo fácil e que praticamente em todas as organizações é utilizado: o papel. Um simples papel descartado de forma incorreta pode causar prejuízos como: entupir galerias de águas pluviais que posteriormente pode provocar alagamentos e inundações nas cidades, contaminar o solo e os lençóis freáticos, por conta dos componentes presentes nas tinturas utilizadas na escrita, diminuir a vida útil dos aterros sanitários entre outros (RIBEIRO, 2012). Porém, se a organização desenvolver ações relacionadas ao descarte deste item ela pode contribuir com a preservação do meio ambiente, pois de acordo Ribeiro (2012), uma tonelada de papel reciclado economiza 10 mil litros de água e evita o corte de 17 árvores adultas, reduzindo assim a retirada de matéria prima da natureza, gerando economia de água e energia utilizada na produção, reduzindo a disposição inadequada do lixo e pode até, ser utilizado como fonte de renda para os catadores. Portanto, é interessante que as empresas passem a estudar e entender os seus reais impactos ambientais.

Observou-se que 72% dos gestores responderam não estar nem um pouco preocupada com o impacto ambiental causado pela empresa, talvez esse valor reflita o fato deles acharem que não causam nenhum tipo impacto ambiental. Esta postura pode estar sendo adotada por parte dos gestores, conforme explicado por Otero (2010), devido a maioria das pessoas não saberem viver de forma ambientalmente responsável, portanto, não se preocupam com o meio ambiente, e isso reflete diretamente nas gestões empresariais, pois, são as pessoas que lideram as empresas.

Moraes et al. (2017), apontam como motivador para esta falta de preocupação o baixo preparo, conhecimento e comprometimento dos empresários com às questões ambientais. No entanto, nota-se que um menor percentual, 28% das empresas demonstram uma postura que varia desde o intermediário (no meio dos dois extremos) ao muito preocupado com o impacto que elas causam ao meio ambiente. Esses 28% podem representar aquelas empresas já citadas por Barbieri (2011), que são influenciadas pelas três esferas: o governo, a sociedade e o mercado. O governo, pressionando as empresas a investir em métodos de gestão ambiental por meio de legislações ou incentivos fiscais (WIDMER, 1997), o mercado, pois empresas que aderem a gestão ambiental se posicionam, e é vista perante o mercado como politicamente corretas, o que proporciona melhores resultados ao empreendimento (MOREIRA, 2004) e o crescimento da consciência da sociedade (VALLE, 2004). Ou simplesmente essas empresas visam proteger o meio ambiente e a saúde humana como diz Widmer (1997) e Leal (2012).

Em relação ao comprometimento dos recursos financeiros com a gestão ambiental, 51% das empresas discordam em comprometer recursos financeiros com a gestão ambiental. Um percentual menor, 28% acreditam que devem comprometer tais recursos com esta área e vale ressaltar que são os mesmos 28% que demonstram preocupação com o impacto ambiental que eles causam ao meio ambiente identificados no quadro 15, anteriormente apresentado. E 21% encontram-se entre os dois extremos, talvez sim, talvez não. É interessante ainda destacar que identificou-se que 72% responderam que não estão nem um pouco preocupados com o impacto ambiental causado pela empresa. No entanto, quando somados os respondentes entre os que concordariam totalmente comprometer recursos e os “talvez”, há 49% das empresas dizendo que aceitariam comprometer recursos com a gestão ambiental.

Observa-se um paradoxo, pois a empresa ao mesmo tempo que diz não se preocupar com o impacto que causa, aceita comprometer recursos com a gestão ambiental, o que coloca dúvidas quanto a real intenção em comprometer recursos nesta área. Neste sentido, Moraes et al. (2017) afirmam que não existe na cultura do empresariado uma preocupação real com o meio ambiente e os recursos naturais, que seu interesse está meramente ligado aos benefícios econômicos que ele pode ter ou está atrelado à boa imagem que isso pode trazer para as suas empresas. Portanto, para Moraes et al. (2017) não existe um interesse legítimo com a causa ambiental, e sim um discurso para tirar proveito desta situação.

Em relação a existência de certificações voltadas as MPEs, 64% dos respondentes não sabem da existência de certificações voltadas às MPEs, e a minoria, 36% sabem que elas existem. A norma que contempla o SGA voltada para MPEs é a ABNT NBR ISO 14005:2012, em vigor desde 16 junho de 2012 e instituída mediante uma parceria realizada entre o SEBRAE e a ABNT. A norma, fornece orientações sobre como implementar um SGA fundamentado na ISO 14.001 através de fases, que facilita o entendimento sobre os requisitos propostos pela norma, constituindo assim uma alternativa viável para os pequenos negócios que almejam tornar-se mais sustentáveis, a partir do desenvolvimento de PAS (MORAES et al., 2017).

Moraes et al. (2017) atribuem a esse alto índice de gestores que desconhecem as certificações disponíveis para seus empreendimentos o despreparo do empresariado, bem como a falta de incentivos por parte do governo, que acaba contribuindo para a não disseminação da questão ambiental entre as pequenas empresas. Outra variável que também pode influenciar nesta questão é o fato dos empresários estarem apenas preocupados em desenvolver normas que sejam obrigatórias, afim de evitar multas dos órgãos de fiscalização, e como o SGA é uma certificação de ordem voluntária, em que é descartado a obrigatoriedade de desenvolvê-la, tem-se pouca ou nenhuma preocupação com a norma e a área a qual ela é direcionada (SILVA, 2014). 57% dos entrevistados responderam não possuir um SGA, enquanto a minoria, 7% relatou ter um SGA devidamente implantado. Vale ressaltar que este 7% corresponde a 1 empresa dentre as 14 participantes da pesquisa, demonstrando assim a “escassez” também apontada por Silva (2014), que relatou que são poucas as MPEs que desenvolvem um SGA por conta da complexidade e dificuldade em implementá-lo.

Em relação as práticas ambientalmente sustentáveis desenvolvidas pelas empresas, verificou-se que quanto ao tema energia, 57% responderam desenvolver essa ação na organização, enquanto apenas 7% não a desenvolve. Se tratando do tema água, 43% responderam desenvolver essa ação na organização, e 21% não a desenvolve. No tema resíduo 50% responderam desenvolver essa ação na organização, enquanto apenas 14% não a desenvolve. No tema biodiversidade 64% responderam que não a desenvolve. No tema construção apenas 21% responderam desenvolver essa ação na organização, e 43% responderam que não a desenvolve, esse alto índice de empresa que não desenvolve essa ação pode estar vinculado ao fato destas empresas estar ocupando uma instalação alugada, e não achar relevante empregar recursos financeiros em um local que não é próprio. E por fim, no

tema materiais, 43% responderam desenvolver essa ação na organização, e 21% não a desenvolve.

Nenhuma empresa assinalou desenvolver todas os temas selecionados e apresentados no questionário como alternativa, divergindo do estudo desenvolvido por Otero (2010) que teve uma IES (empresa participante de sua amostra) que desenvolve todos os temas disponíveis no questionário. Essa IES possui uma Comissão de Meio Ambiente que fiscaliza a preservação de seu patrimônio físico e nativo, e se tudo está em conformidade com a legislação ambiental vigente. Um aspecto que coincide com a pesquisa desenvolvida por Otero (2010) são as PAS mais assinaladas pelas empresas que compreendem os temas: energia, água, resíduo e materiais, isso considerando apenas as respostas com maiores percentuais sim. Um fato que chamou atenção nesta questão, é devido os respondentes não terem assinalado a alternativa “possuímos ações ambientais isoladas”, visto que todas as empresas desenvolvem até 4 temas diferentes em suas instalações.

Os fatores motivadores para implementar um SGA ou PAS, no aspecto facilidade na elaboração de um cronograma de trabalho adequado à gestão de questões como meio ambiente local, saúde e segurança obteve-se um percentual de 36% de empresas considerando-o como um fator motivador e 28% não o considera um motivador. No item conscientização ambiental, 36% de empresas considera-o como um fator motivador e 28% não o considera um motivador. No item monitoramento da performance ambiental, 14% de empresas considera-o como um fator motivador e 50% não o considera um motivador. No item vantagens regulatórias ao reduzir a ocorrência de acidentes e ambientais, 21% de empresas considera-o como um fator motivador e 43% não o considera um motivador. No item economia de recursos financeiros, 28% de empresas considera-o como um fator motivador e 36% não o considera um motivador. No item pressão da opinião pública, 7% de empresas considera-o como um fator motivador e 57% não o considera um motivador. No item caráter socioambiental, 21% de empresas considera-o como um fator motivador e 43% não o considera um motivador.

Todas as alternativas disponibilizadas nesta questão foram assinaladas por alguma empresa como sendo um dos motivadores da implantação de um SGA e/ou das ações ambientais isoladas também chamadas de PAS, sendo as mais assinaladas, considerando apenas os maiores percentuais de sim a “facilidade na elaboração de um cronograma de trabalho adequado à gestão de questões como meio ambiente local, saúde e segurança” com 36%, a “Conscientização ambiental” com 36% e “Economia de recursos financeiros” com 28%, as demais também foram assinaladas, mas em uma escala menor que as supracitadas.

Na pesquisa realizada por Otero (2010) duas de suas alternativas mais assinaladas corroboram com as alternativas evidenciadas na pesquisa aqui desenvolvida, que foram a “Conscientização ambiental”, e a “Economia de recursos financeiros”. A alternativa 9.7 “caráter socioambiental”, também foi um fator identificado na pesquisa de Otero (2010) que não ficou entre as mais assinaladas na pesquisa aqui desenvolvida, no entanto, ela não deixou de ser assinalada, tendo 21% das empresas considerando-a como um motivador para desenvolver um SGA ou PAS.

Os fatores limitadores para implementar um SGA ou PAS encontrados foram escassez de recursos financeiros, 36% de empresas considera-o um fator limitador e 28% não o considera um limitador. No item ausência de suporte para a implantação, 36% de empresas considera-o um fator limitador e 28% não o considera um limitador. No item burocracia 14% de empresas considera-o um fator limitador e 50% não o considera um limitador. No item resultados em longo prazo, 21% de empresas considera-o um fator limitador e 43% não considera um limitador. No item dificuldades de persuasão à participação de todos, 28% de empresas considera-o um fator limitador e 36% não o considera um limitador. Todas as alternativas disponibilizadas nesta questão foram assinaladas por alguma empresa como sendo

uma das maiores dificuldades/limitações da implantação de um SGA e/ou das ações ambientais isoladas também chamadas de PAS, sendo as mais assinaladas, considerando apenas os maiores percentuais de sim a “Escassez de recursos financeiros” com 36%, a “Ausência de suporte para a implantação” com 36% e “Dificuldades de persuasão à participação de todos” com 28%, as demais também foram assinaladas, mas em uma escala menor que as supracitadas.

Já na pesquisa realizada por Otero (2010) as alternativas mais assinaladas foram “Burocracia” e a “Resultados em longo prazo” que divergem com o resultado da pesquisa aqui desenvolvida, pois elas não ficaram entre as mais assinaladas, no entanto, elas não deixaram de ser assinaladas, tendo respectivamente 14% e 21% das empresas considerando ela como um fator limitador para desenvolverem um SGA ou PAS e a “Dificuldades de persuasão à participação de todos”, que foi evidenciada na pesquisa aqui desenvolvida, ficando entre as mais assinaladas.

E por fim, foi analisado a importância do SGA na empresa observa-se que 58% dos participantes consideram que o SGA é desnecessário ou pouco importante, representando assim um pouco mais da metade da amostra participante da pesquisa. Esse percentual revela um índice um tanto quanto comprometedor, indo ao encontro de um fato citado por Otero (2010) sobre a variável consciência ambiental, dizendo que a maioria das pessoas não sabem viver de forma ambientalmente responsável e que isso reflete diretamente nas gestões empresariais, visto que são as pessoas que lideram as empresas. Moraes et al. (2017) consideram que este percentual apenas demonstra a falta de comprometimento dos gestores com a causa ambiental. Já os outros 42% consideram o SGA é importante, muito importante ou indispensável.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do desenvolvimento desta pesquisa foi possível demonstrar que o SGA pode ser aplicado a qualquer atividade econômica, tendo em vista que todo empreendimento oferece riscos que podem contribuir ou provocar impactos ao meio ambiente, e esses impactos variam de acordo com o porte e atividade desenvolvida pela organização.

Desta forma, cabe também às MPEs adotarem uma postura ambientalmente responsável, o que muitas vezes não ocorre pela falsa ideia de que implementar um SGA gera alto custo para a empresa. Com esta pesquisa, foi possível desmitificar esse conceito, pois a criação da norma ISO 14005:2012 voltada para as PMEs oferece orientações acerca da implementação de um SGA fundamentada na ISO 14001, constituindo assim, uma alternativa viável para os pequenos negócios que almejam desenvolver PAS.

O objetivo geral, buscou identificar se as 14 MPEs desenvolvem PAS buscando compreender os fatores motivadores e limitadores para efetivação de tal ação, e a partir da aplicação da pesquisa constatou-se que todas as empresas desenvolvem até 4 temas diferentes, sendo os mais assinalados relacionados aos temas: energia, água, resíduo e materiais. Também, foi possível verificar os fatores considerados motivadores para implementação de PAS que são: Facilidade na elaboração de um cronograma de trabalho adequado à gestão de questões como meio ambiente local, saúde e segurança; Conscientização ambiental e Economia de recursos financeiros. E os fatores considerados limitadores são: Escassez de recursos financeiros; Ausência de suporte para a implantação e Dificuldades de persuasão à participação de todos.

Com a pesquisa foi possível identificar que as empresas não só adotam como desenvolvem PAS relacionadas aos temas: energia, água, resíduo e materiais. Este resultado coincide com a pesquisa desenvolvida por Otero (2010) que também identificou os mesmos temas como sendo os mais desenvolvidos pelas instituições pesquisadas. No entanto, na pesquisa aqui realizada, nenhuma empresa assinalou desenvolver todas os temas selecionados

e apresentados no questionário como alternativa, que ao todo somam-se 6, divergindo do estudo desenvolvido por Otero (2010) que teve uma instituição (empresa participante de sua amostra) que desenvolve todos os temas apresentados no questionário. Observa-se também, que as quatro PAS mais assinaladas pelas empresas podem estar ligadas a uma questão monetária, pois o não desenvolvimento destas PAS poderá interferir no bolso do empresariado, visto que os pagamentos referentes ao desenvolvimento de tais práticas são proporcionais ao consumo realizado pelas empresas, podendo levar a acreditar que a preocupação não se assenta na vontade de preservar os recursos naturais ou o planeta para as gerações futuras, mas sim, se assenta na vontade de economizar recursos financeiros.

Em relação aos fatores motivadores que levam as empresas a adotar PAS, os elencados pelas empresas são: Facilidade na elaboração de um cronograma de trabalho adequado à gestão de questões como meio ambiente local, saúde e segurança; Conscientização ambiental e Economia de recursos financeiros. Este resultado difere parcialmente dos resultados encontrados por Otero (2010), uma vez que uma das alternativas identificada por ele como motivador não foi evidenciada na pesquisa aqui desenvolvida que é quanto ao Caráter socioambiental. Já os outros dois motivadores elencados por Otero (2010) estão em concordância com os motivadores encontrados na pesquisa, que se referem a Conscientização ambiental e Economia de recursos financeiros. Quanto a esta questão, observa-se que um dos fatores apontados como motivador para desenvolver PAS é a economia de recursos financeiros, considerado um forte indutor do comportamento humano, pois as pessoas tendem a desenvolver tais práticas quando essas começam a impactar no bolso do empresariado. Assim, talvez esse seja o real motivo das empresas em questão desenvolver PAS relacionadas aos temas mencionados no estudo.

Sobre os fatores limitadores para efetivação de PAS, constatou-se que os maiores limitadores são: Escassez de recursos financeiros; Ausência de suporte para a implantação e Dificuldades de persuasão à participação de todos. Este resultado também se difere parcialmente dos resultados encontrados por Otero (2010), pois em sua pesquisa os fatores considerados limitadores pelas empresas foram relacionados as alternativas Burocracia, Resultado em longo prazo e Dificuldades de persuasão à participação de todos. Ou seja, apenas o último fator limitador “Dificuldades de persuasão à participação de todos” encontrado por Otero (2010) está em sintonia com os resultados encontrados por este estudo.

E por fim, buscou caracterizar do ponto de vista teórico como seria uma Gestão Ambiental de acordo com a ABNT NBR ISO 14.000, que é um conjunto de normas agrupadas em uma única família, designada ISO 14.000, que fornece orientações sobre como desenvolver ações relacionadas a gestão ambiental. Esta norma apresenta um caráter voluntário, e sua incorporação auxilia as empresas a melhorar seu desempenho por meio de uma gestão ambiental baseada na melhoria contínua. Deste modo, este objetivo assim como os demais também foi atendido, pois na fundamentação teórica encontra-se disponível maiores detalhes sobre os mecanismos que compreendem a gestão ambiental do ponto de vista da norma, bem como sua real aplicação e implicação.

Diante das evidências encontradas até então e a partir da questão que orientou o desenvolvimento desta pesquisa pode-se concluir que o estudo contribuiu trazendo informações pertinentes sobre as PAS desenvolvidas pelas MPEs locais, até então desconhecidas. Também evidencia as dificuldades e limitações que assolam as MPEs na busca em adotar uma postura sustentável. Percebeu-se que apenas uma empresa respondeu ter um SGA implantado, no entanto, não foi possível comprovar que esta organização atende realmente aos requisitos da norma, uma vez que não foi este o foco do estudo. Diante disso sugere-se que em estudos futuros investigue se essa empresa realmente está em conformidade com os requisitos exigidos pela norma. Também se sugere o direcionamento de estudos para identificar as causas do alto percentual de empresas que desconhece o que é um SGA.

REFERÊNCIAS

- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas: **Introdução à ABNT NBR ISO 14001:2015**. 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/pc/Downloads/Introducao14001portPortal.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2018.
- _____. **NBR ISO 14005:2012**. Sistemas da gestão ambiental – Diretrizes para implementação em fases de um sistema de gestão ambiental, incluindo o uso de avaliação de desempenho. 2012. Disponível em: <http://www.abnt.org.br/noticias/3579-diretrizes-para-implementacao-de-um-sistema-de-gestao-ambiental>. Acesso em: 25 abr. 2018.
- _____. **NBR ISO 14001**: Sistemas da gestão ambiental - Requisitos com orientações para uso. 2004. Disponível em: <http://www.madeira.ufpr.br/disciplinasghislaine/iso-14001-2004.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2018.
- BANDEIRA, Marina. **Como elaborar um questionário**. Laboratório de Psicologia Ambiental Universidade de Brasília, 2003. Disponível em: https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/lapsam/Metodo%20de%20pesquisa/Metodos%20de%20pesquisa%202013/Texto_11-Como_elaborar_um_quesitonario.pdf. Acesso em: 03 jul. 2018.
- BARBIERI, José Carlos. **Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**, 1.ed. São Paulo: Saraiva, 2004.
- _____. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.
- BRASIL. **Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm. Acesso em: 02 abr. 2018.
- COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em Administração**. 7 ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Mariana de Andrade. **Fundamentos metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- LEAL, Alessandra do Nascimento. **Importância da gestão ambiental em empreendimentos hoteleiros - o caso do litoral sul de Pernambuco**. 2012. 181 f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território - Especialização em Ambiente e Recursos Naturais) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Porto de Galinhas, 2012. Disponível em: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/7407/1/DissertFinalAlessandra1.1.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2018.
- MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- MORAES, Cláudia Schmidt Bueno de; RAMOS, Luís Henrique Batista; PUGLIESI, Érica; GUALTER, Leonardo Prudente Torres. A Norma ISO 14005 como instrumento de implementação de sistemas de gestão ambiental em pequenas e médias empresas. **Revista Espacios**, vol. 38, n. 16, p. 6, 2017. Disponível em: <http://www.revistaespacios.com/a17v38n16/a17v38n16p06.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2018.
- MOREIRA, Ana Paula. **Sistema de Gestão Ambiental (SGA) e a ISO 14001**: um estudo de caso. 2004. 104 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/87494/221323.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 abr. 2018.
- NASCIMENTO, Luis Felipe. **Gestão Ambiental e Sustentabilidade**. Florianópolis: CAPES: UAB, 2012. Disponível em: http://www.cesadufs.com.br/ORBI/public/uploadCatalogo/15365410042013Gestao_Ambienta1SustentabilidadeAula1.pdf. Acesso em: 15 abr. 2018.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em administração**. 2011. Disponível em: https://adm.catalao.ufg.br/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_Prof_Maxwell.pdf. Acesso em: 09 fev. 2018.

ONUBR – Organização das Nações Unidas no Brasil. **A ONU e o meio ambiente**. 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>. Acesso em: 15 abr. 2018.

OTERO, Gabriela Gomes Prol. **Gestão Ambiental em Instituições de Ensino Superior: práticas dos campi da Universidade de São Paulo**. 2010. 174 f. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: http://www.iee.usp.br/producao/2010/Teses/OTERO_2010.pdf. Acesso em: 01 jan. 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2018.

PUGLIESI, Érica; GONÇALVES, Juliano Costa; SANTIAGO, Cristine Diniz; ESPINOSA, Marina Lima. Análise e Perspectivas de Integração de Sistemas de Gestão ISO 14001:2015 e o Programa Responsible Care. **Revista Espacios**, vol. 37, n. 16, p. 6, 2016. Disponível em: <http://www.revistaespacios.com/a16v37n16/16371625.html>. Acesso em: 17 abr. 2018.

RESOLUÇÃO CONAMA Nº 001, de 23 de janeiro de 1986. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>. Acesso em: 08 ago. 2018.

RIBEIRO, Rafaela. **Como e por que separar o lixo**. 2012. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/informma/item/8521-como-e-porqu%C3%AA-separar-o-lixo>. Acesso em: 31 ago. 2018.

RUPPENTHAL, Janis Elisa. **Gestão Ambiental**. Santa Maria/RS: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, Rede e-Tec Brasil, 2014. Disponível em: http://estudio01.proj.ufsm.br/cadernos_seguranca/oitava_etapa/gestao_ambiental.pdf. Acesso em: 17 abr. 2018.

SANTOS, Anselmo Luís dos; KREIN, José Dari; CALIXTRE, André Bojikian. **Micro e Pequenas Empresas: Mercado de Trabalho e Implicação para o Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ipea, 2012. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_micro_pequenasempresas.pdf. Acesso em: 03 abr. 2018.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Entenda as diferenças entre microempresa, pequena empresa e MEI**. 2016 a. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-as-diferencas-entre-microempresa-pequena-empresa-emei,03f5438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>. Acesso em: 20 fev. 2018.

_____. **Lei Geral completa 10 anos e beneficia milhões de empresas**. 2016 b. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/lei-geral-completa-10-anos-e-beneficia-milhoes-de-empresas,baebd455e8d08410VgnVCM2000003c74010aRCRD?origem=tema&codTema=5>. Acesso em: 02 abr. 2018.

_____. **Perfil Mato Grosso - Mercado e negócios**. 2017.

_____. **Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira**. 2014. Disponível em: <https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Participacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2018.

_____. **Sebrae e ABNT lançam norma de gestão ambiental.** 2012. Disponível em: <https://sebrae-rs.com.br/sebrae-e-abnt-lancam-norma-de-gestao-ambiental/>. Acesso em: 25 abr. 2018.

SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. **Gestão Ambiental: Instrumentos, Esfera de Ação e Educação Ambiental.** 1 ed. – 2 reimpressão - São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, Vilena Aparecida Ribeiro. **Desmistificando a implantação de SGA em MPEs: Aplicação de ferramentas de Gestão Ambiental em empresas do Projeto Adensamento da Cadeia Produtiva do Petróleo, Gás e Energia no Estado do Maranhão.** 2014. 87 f. Dissertação (mestrado em energia e ambiente) - Programa de Pós-graduação em Energia e Ambiente, Universidade Federal do Maranhão, São Luiz, 2014. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/bitstream/tede/674/1/DISSERTACAO%20VILENA.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2018.

SPOSITO, M. E. B. (et al). **O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica.** In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). Cidades médias: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VALLE, Cyro Eyer do. **Qualidade ambiental: ISO 14000.** São Paulo: Editora Senac, São Paulo, 2002.

_____. **Qualidade ambiental: ISO 14000.** São Paulo: Editora Senac, São Paulo, 2004.

WIDMER, Walter Martin. **O Sistema de gestão ambiental (NBR ISSO 14000) e sua integração com o Sistema de Qualidade (NBR ISSO 9002).** 1997. 103 f. Dissertação (mestrado em Engenharia Ambiental) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: UFSC, 1997. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/111379/108798.pdf?sequence=1>. Acesso em: 19 abr. 2018.